



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681304 - RS (2021/0225972-5)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : BRUNA MELGAREJO ROSA E OUTROS
ADVOGADOS : KARLA DA COSTA SAMPAIO - RS066523
EDUARDA MATZEMBAKER - RS097063
BRUNA MELGAREJO ROSA - RS115891
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : AUGUSTO GUSTAVO DA COSTA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de AUGUSTO GUSTAVO DA COSTA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Revisão Criminal n. 0000357-38.2021.8.21.7000).

O paciente foi condenado às penas de 18 anos e 4 meses de reclusão em regime inicial fechado, 1 ano de detenção e de 520 dias-multas, pelo cometimento dos crimes de latrocínio, na forma do art. 14, inciso II, do Código Penal, de tráfico de drogas e de posse irregular de arma de fogo de uso permitido.

A parte impetrante sustenta que "a Corte gaúcha, ao não conhecer da Revisão Criminal, contrariou expressamente o disposto no art. 33, §4º, da Lei nº 11.343/06, e equivocadamente deixou de aplicar a redução da pena pela privilegiadora do tráfico. Todos os requisitos legais estavam preenchidos, não restando dúvida de que houve erro no cálculo da pena do paciente, contemplando assim o art. 621, III, *in fine*, do CPP" (fl. 8).

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja aplicada a causa de diminuição de pena prevista no § 4º, art. 33, da Lei n. 11.343/2006.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente